



Ramon Arnus depõe à CPI: nega saber que fantasmas desviavam FGTS

Ex-secretário de Margarida põe toda a culpa na ministra

O ex-secretário de Habitação do extinto Ministério da Ação Social, Ramon Arnus Filho, responsabilizou a ex-ministra Margarida Procópio por todas as liberações de verba para obras habitacionais em sua gestão. Ele, no entanto, negou superfaturamento e esclareceu que a secretaria que comandava era responsável apenas pela aprovação técnica. A decisão de liberar os recursos era política e de comum acordo com a Caixa Econômica Federal (CEF), segundo afirmou ontem em depoimento na CPI do Orçamento.

Arnus Filho disse, porém, desconhecer que seis por cento de todas as verbas liberadas para o Programa Empresário Popular (PEP), oriundas do FGTS, iam diretamente para as contas de José Carlos Bonfim e Alberto Alves Miranda, dois fantasmas de PC Farias, segundo denunciou o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP). O deputado informou ainda a Arnus Filho que o responsável pela cobrança, em nome de Margarida e do ex-presidente da

CEF, Álvaro Mendonça, era Ismael Ribeiro de Barros, intermediário da empreiteira Chaim Cury, de São Paulo, no ministério.

“Não é verdade. Ele não tinha nenhuma vinculação com o ministério”, respondeu Arnus Filho, dizendo, ainda, que não se lembrava de ter feito várias viagens no avião PT-LSD, da empreiteira CCO, que abocanhou 50 por cento das verbas do PEP em Minas Gerais.

Arnus Filho passou toda a primeira parte de seu depoimento negando envolvimento e favorecimento de empreiteiras nos programas habitacionais do ministério. Ele deu a entender, também, que não sabia de outras decisões do ministério do qual era um dos assessores diretos de Margarida Procópio. Como exemplo, ele informou, em resposta à afirmação de um parlamentar que teria viajado a Maceió num voo pago pela EPC, empresa de PC Farias, que somente soubera a origem do pagamento quando fora indiciado na Polícia Federal.